

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

História do Brasil p/ IPHAN (Todos os Cargos)

Professor: Diogo D'angelo, Pedro Henrique Soares Santos

Sumário

Apresentação	2
Portugal lança-se ao mar	3
A construção de uma América Portuguesa.....	9
A interiorização da Colônia: sobre jesuítas, vaqueiros e bandeirantes	13
Rebeliões coloniais: nativismo e separatismo	18
Exercícios.....	20
Exercícios apresentados	32



Apresentação

Caros alunos, o período colonial foi primordial para a consolidação dos principais projetos de nação que germinariam durante o período imperial, conforme veremos em aula posterior. Assim, faz-se necessário a atenção no estudo de seus principais eventos e fatos, tão ricos e exemplares para a história pátria.

Viva o Brasil! Bons Estudos!



Portugal lança-se ao mar

Em meados do século XV, em meio aos avanços científicos recentemente desempenhados em terras lusitanas, lançavam-se ao mar as portentosas **caravelas** e **naus** portuguesas, mistura de traços árabes com toques ocidentais. É incrível pensarmos que, no curso de pouco mais de um século, pelo menos desde o início do século XV até meados do XVI, grande parte dos povos de todo o globo terrestre estaria conectada em uma miríade de teias de comunicação interoceânicas em grande medida propositadas pelos bravos “**lusíadas**” de outrora, como bem denotou em seu épico o autor português **Luís Vaz de Camões**.

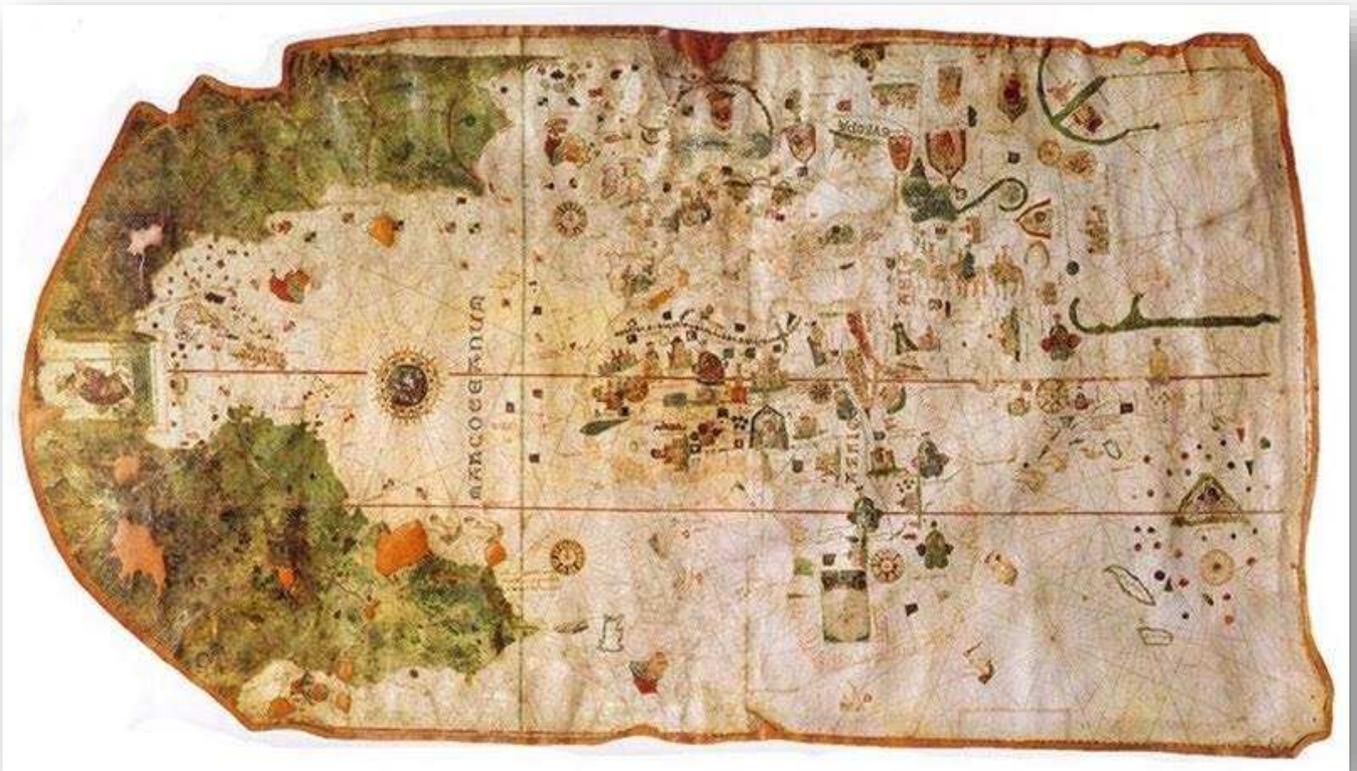


Figura 1 - Mapa Mundi alemão datado de 1492

Os séculos XV e XVI foram, principalmente para portugueses e espanhóis, os séculos dos **descobrimientos**, ou ainda, **a era das Grandes Navegações**. Graças a elas, a Europa ocidental foi aberta ao mundo, e sua face, bem como a do restante do planeta, não mais seria a mesma. Não por um acaso, alguns historiadores e geógrafos mais recentes propugnam que este teria sido o primeiro vislumbre de **globalização** no planeta, posto que a geração europeia quinhentista foi a primeira da história daquele continente a conhecer (ainda que por meio de narrativas esparsas) territórios e regiões continentais até então



desconhecidas, especialmente as novas possessões de suas majestades católicas ibéricas: a **América**. Foquemo-nos, no entanto, somente no caso português, o primeiro e mais áureo do século XV.

Já desde meados do século XIV, navegadores oriundos do pequeno reino de Portugal, localizado no extremo ocidente europeu, aproveitando-se de suas batalhas contra as tropas árabes estacionadas em partes de seu território (compondo assim o cenário das guerras de **Reconquista**), já rondavam partes ocidentais do litoral norte do continente africano. O ponto de maior vigor dessas batalhas, e por muitos considerado o início da era das navegações portuguesas, se deu em torno da conquista da cidade árabe de **Ceuta** em **1415**, localizada no extremo sul da península ibérica, já em terras africanas, durante o reinado de **João I**, o primeiro da casa de Avis a reinar sobre Portugal. Com Ceuta sob o seu comando, pôde o monarca e seus sucessores, **Duarte I** e **Afonso V**, controlarem um importante entreposto comercial da **rota de especiarias** provindas das **Índias**, o que, não obstante, não se mostrou suficiente para antagonizar o quase monopólio deste comércio verificado em mãos de comerciantes do **sul da Itália** e dos próprios reinos árabes do oriente.



Figura 2 - Azulejos retratando a Conquista de Ceuta (1415)

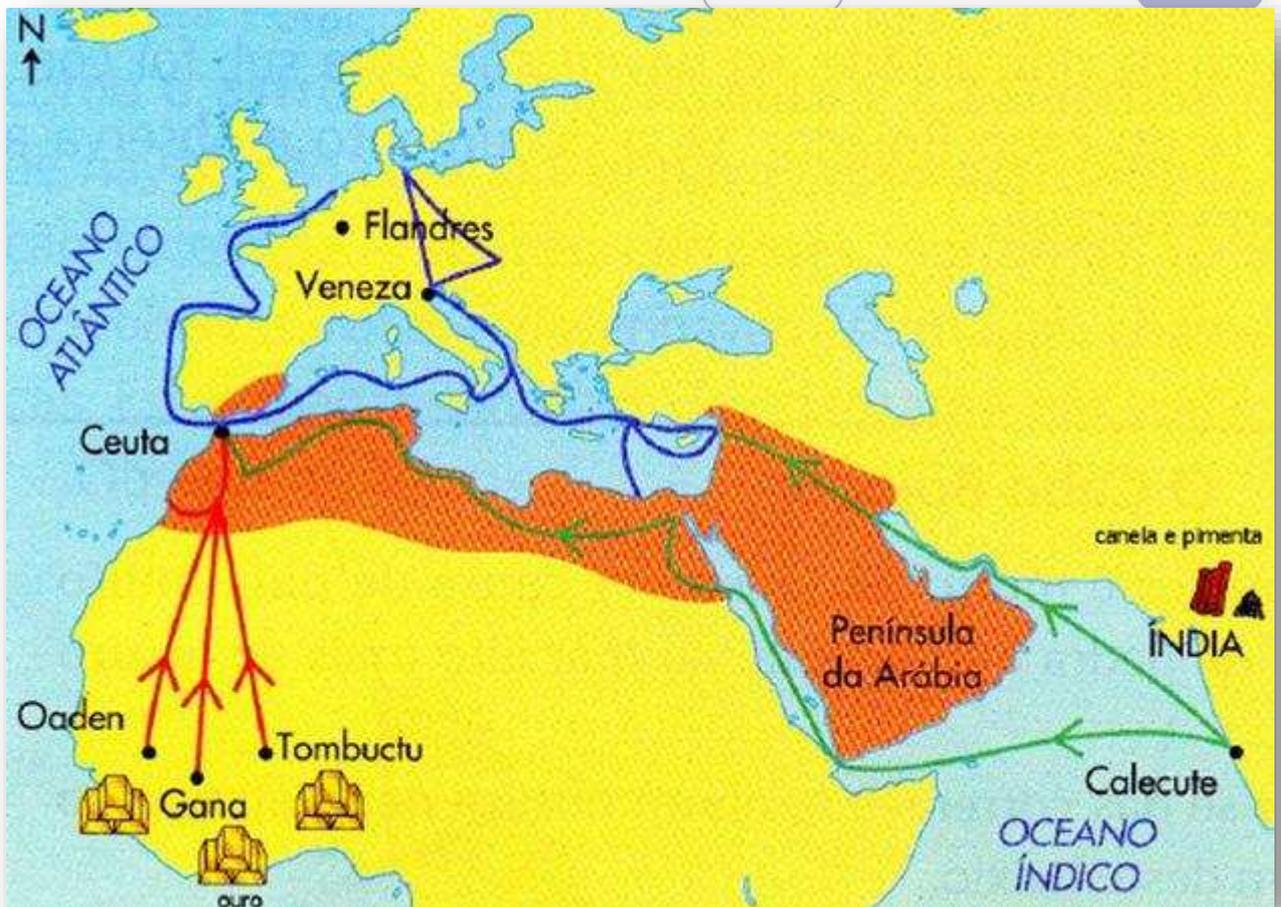


Figura 3 - Mapa representando as principais rotas das especiarias até as Grandes Navegações (linhas em verde e azul)

Todavia, conquistar Ceuta demonstrou aos portugueses que o seu poder bélico e marítimo não poderia ser verificado a partir de seu diminuto território. Entre **1415 e 1500**, verificou-se o crescente aumento da frota naval portuguesa e, em igual proporção, a ambição do reino ibérico em desbravar novas terras, conquistar territórios e, afinal se fosse possível, encontrar melhores e mais rápidas **rotas marítimas rumos às Índias**. Não bastava, contudo, estar determinada em atingir os alvos objetivos: caberia a Portugal também encontrar soluções criativas para o desenvolvimento de navios maiores, mais velozes e resistentes para enfrentar os **mares desconhecidos**, por muito tempo ambicionados e temidos pelos europeus. A consequência deste impasse foi o desenvolvimento de um centro de estudos náuticos na região de **Sagres** em **Algarves**, ao sul de Portugal. Financiado pelo **infante D. Henrique**, a escola de Sagres possibilitou o aprimoramento de diversos conhecimentos científicos da época, em grande medida absorvidos da cultura árabe que por séculos se avizinhou dos reis cristãos. De seus estudos se deve o aparecimento, por volta de **1440** das **naus**, intensamente utilizadas no contorno do litoral africano, e, pouco tempo mais tarde, das **caravelas**, responsáveis pelas navegações rumo ao Brasil.





Figura 4 - Caravela portuguesa do auge da era das navegações

Até o ano de 1488, os portugueses conseguiram explorar toda a costa ocidental da África, estabelecendo ao longo deste percurso comunicação com os povos locais e assentando parte dos seus em **feitorias** dedicadas ao comércio. Finalmente, naquele ano, o navegador **Bartolomeu Dias** conseguiu dobrar o **cabo das Tormentas** (mais tarde renomeado para **cabo da Boa Esperança**) e assim se tornar o primeiro português a navegar pelo oceano Índico a partir do sul da África. Na década seguinte, diversas viagens de exploração seriam empreendidas por seus compatriotas, dentre eles às viagens de **João Fernandes Lavrador** e **Pêro de Barcelos** rumo à América do Norte, próximo à Groelândia, a partir de **1495**. Por fim, entre **1497 e 1499**, o explorador **Vasco da Gama** finalmente levou Portugal às Índias, na região de **Calecute**.

Atento aos avanços de sua vizinha Portugal nos mares, o reino de **Espanha** (em realidade, à época apenas uma conjunção político-burocrática dos reinos de **Castela e Aragão**, então sob a coroa, respectivamente, dos esposos **D. Isabel e D. Fernando, os Reis Católicos**. Apenas mais tarde, com a óbvia unificação dos reinos, dar-se-ia à região o secular nome de Espanha) passou, a partir de **1491-92**, anos que puseram fim ao processo de **reconquista espanhol**, a também financiar expedições marítimas rumo às



Índias. A primeira grande expedição foi comandada pelo **navegador genovês Cristóvão Colombo**, que propugnava a possibilidade de se ascender ao Oriente por meio da **circum-navegação** do globo em direção ao **Oeste** (daí o famoso mito de que ele teria sido o primeiro defensor da ideia de um mundo oval). Financiado pelos reis católicos, Colombo acabou por confrontar, em meio às suas navegações, uma realidade intrigante: de que no meio do grande mar havia um imenso e desconhecido continente.

A chegada de Colombo às Américas, especialmente a uma de suas áreas mais ricas e densamente povoadas, levou os dois reinos ibéricos, imiscuídos em intensas disputas locais durante o último quartel do século XV (sobretudo em torno da **questão dinástica do reino de Castela**), a buscarem definições acerca da posse das novas terras recém-descobertas e daquelas a se descobrir. O primeiro ato em direção à busca de um consenso se deu em torno da bula papal **Inter Coetera** de **1493**, que buscou constituir uma linha divisória fictícia entre as terras dos dois reinos a **100 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde**.

A solução papal desagradou a **João II de Portugal**, que retornou às negociações com o seu vizinho (desta vez de forma direta e não mediada) no ano seguinte na cidade de **Tordesilhas**, compactuando com este, em **1494**, o tratado que levou o nome da cidade acima e que remarcou o meridiano de referência para o traçado da linha imaginária não mais a 100 léguas a oeste, mas sim a **370 léguas a oeste de Cabo Verde**, cabendo a Portugal todas as terras descobertas e a serem descobertas dentro deste limite e à Espanha os territórios além da linha. Veremos que o **Tratado de Tordesilhas**, apesar de determinante em um primeiro momento para a demarcação das possessões lusitanas sobre a América (o embrião do Brasil), acabou por se demonstrar distante das reais possibilidades auferidas pelos estudos geográficos da época, que não possuía ainda uma ideia clara das extensões das terras.



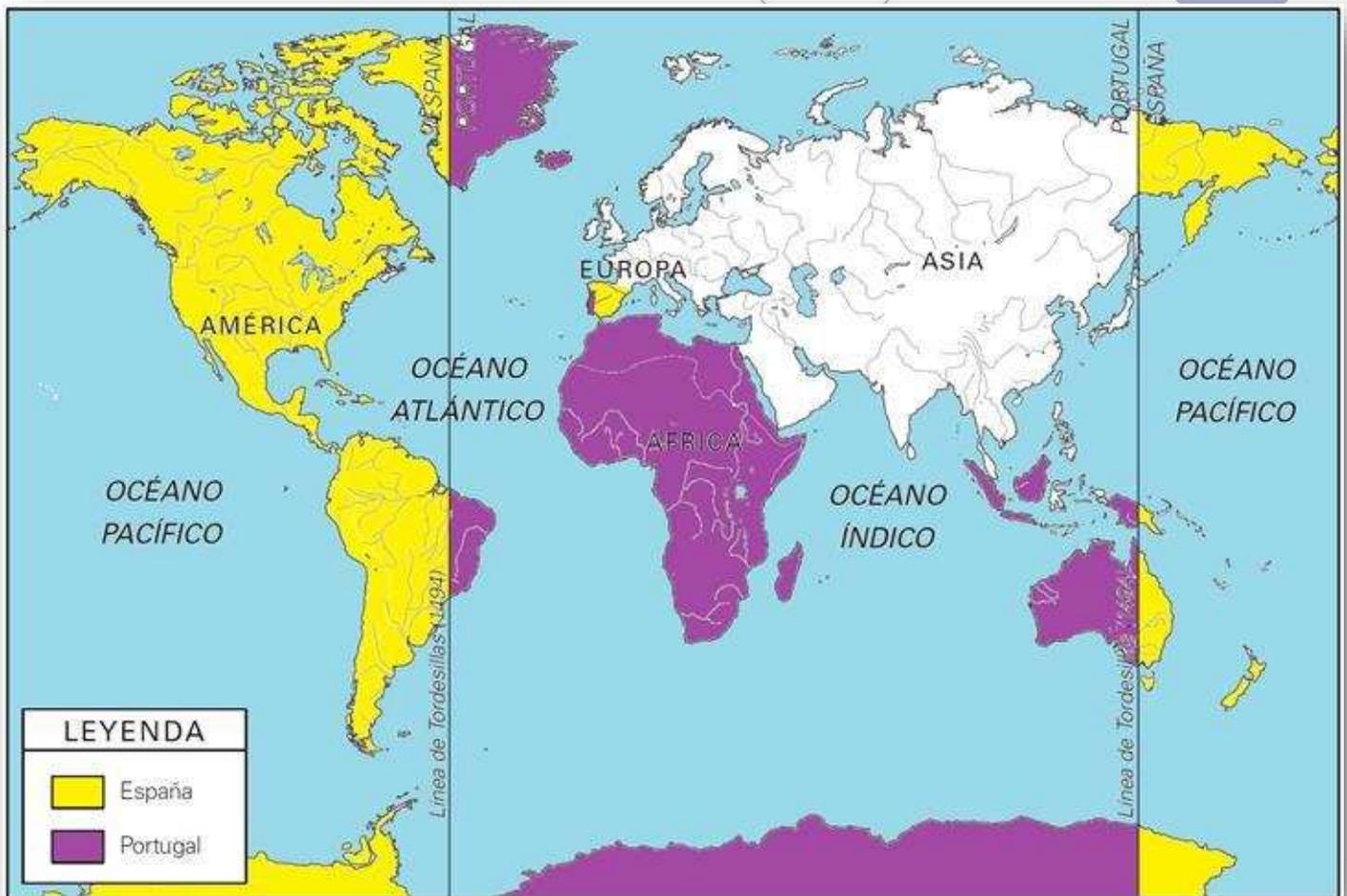


Figura 5 - Demarcações segundo o Tratado de 1494

Graças à concordata entre portugueses e espanhóis acerca das definições territoriais no **Novo Mundo**, coube a **Pedro Álvares Cabral**, à frente da segunda frota portuguesa de exploração das **Índias**, a “descoberta” do Brasil no ano de **1500**, tendo aportado primeiro na região da atual **Porto Seguro** na **Bahia**. O termo “descobrimto”, que denota terras vazias e desocupadas, bem como uma completa falta de interesse na dita descoberta, já é hoje muito questionado na academia, posto a **preexistência de povos autóctones no continente americano** (erroneamente nomeados de “índios” pelos europeus). Fato é, no entanto, que em **1500**, após navegarem rumo ao Oeste a partir da costa africana, Cabral e sua frota avistaram terra a **22 de abril** e ali aportaram (atual **Monte Pascoal**), entrando em contato com indígenas locais no dia seguinte, partindo do continente entre 2 e 3 de maio. Teria início a história da **América Portuguesa!**

A construção de uma América Portuguesa

As primeiras décadas seguidas há chegada das caravelas de Cabral ao território brasileiro foram marcadas pela baixa atividade colonialista por parte de Portugal, isso ao menos até o ano de 1530. Assim, os 30 anos seguidos ao “descobrimento” de 1500 foram basicamente caracterizados por dois movimentos uníssonos por parte dos portugueses: **o estabelecimento de contato com os grupos autóctones e a criação de feitorias no litoral brasileiro para o controle da exploração de Pau-Brasil.**

O **Pau-Brasil** foi o mais cobiçado item de exploração durante o primeiro século de colonização, tendo sido muito utilizado no mercado externo para a construção civil e para o uso em tinturas. Em realidade, a não descoberta de itens mais valiosos por parte dos portugueses logo de sua chegada, tais como o ouro e prata, gerou a necessidade pela exploração de outros itens comerciais, daí se destacando o pau-brasil.

A utilização de pau-brasil somente foi possível graças aos vínculos criados com muitas etnias indígenas ao longo da faixa litorânea primeiramente habitada no Brasil. O contato entre indígenas e europeus sofreu fortes mudanças durante as primeiras décadas do século XVI, passando da cordialidade inicial para um estado de alianças e conflitos. De modo a possibilitar o estabelecimento de **feitorias** (ocupações muradas situadas em pontos do litoral brasileiro que tinham por objetivo estocar a madeira explorada), os portugueses passaram a estabelecer sistemas de alianças tribais, fazendo uso das rivalidades preexistentes à chegada dos portugueses ao território. Esse sistema foi benéfico de duas diferentes formas: primeiramente, por legar aos portugueses a mão-de-obra necessária para a exploração da mata e para o corte e transporte da madeira rumo às feitorias, de onde a madeira partiria em direção aos navios portugueses; e em segundo lugar, para o resguardo do território colonial de invasões de outros reinos.

A aliança com grupos indígenas em reação à pressão estrangeira se mostrou essencial na medida em que o interesse de outros reinos pelo pau-brasil e pelo território ainda inexplorado passou a se tornar evidente. Exemplo disso foi as constantes incursões de navios franceses (ou ao seu mando) em direção ao litoral brasileiro em busca de pau-brasil nas três primeiras décadas do XVI. A ação francesa no território brasileiro não passou despercebida dos olhos da corte portuguesa. A partir de 1530, com o envio de **Martim Afonso de Sousa** para a colônia, Portugal passou a intensificar a ação colonizadora como forma de estancamento da ação francesa na região. Uma das primeiras medidas estabelecidas foi a repartição do litoral brasileiro em **15 grandes faixas territoriais** denominadas **capitanias hereditárias**, entregando-as, sob a forma de **cartas de doação**, a homens escolhidos pelo rei na tarefa de controle e exploração do território colonial.

Entre **1534** e **1536** foram criadas as capitanias exemplificadas no mapa abaixo:





A regulação dos direitos e deveres dos capitães donatários se dava por meio das chamadas **carta de foral**, cuja existência dentro dos limites do reino lusitano remonta-se ao século XII, onde servia como forma de estabelecimento legal das diversas comunidades espalhadas pelo reino. Segundo essas cartas, cabia aos capitães donatários:

DEVERES	DIREITOS
<ul style="list-style-type: none"> O desenvolvimento econômico de sua capitania, cuja uma das formas encontradas, 	<ul style="list-style-type: none"> Exercer a autoridade administrativa e penal sobre os habitantes da capitania;



à exemplo de Pernambuco, foi a exploração da cana-de-açúcar;	
<ul style="list-style-type: none"> • A defesa territorial face ao avanço de forças hostis à coroa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Cobrar impostos sobre rios e portos;
<ul style="list-style-type: none"> • A expansão da fé católica; 	<ul style="list-style-type: none"> • Resguardar para si parte dos lucros em torno do comércio de pau-brasil e dos demais itens explorados na capitania;
<ul style="list-style-type: none"> • O estímulo da ocupação do território por entes leais à coroa, na forma da criação de vilas e cidades; 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceder sesmarias a outros colonos, que também estariam obrigados a defender e desenvolver esses lotes de terras.
<ul style="list-style-type: none"> • Entregar 10% do lucro dos produtos da terra e 20% dos metais preciosos que viessem a ser encontrados à Coroa. 	

Apesar do esforço propugnado por Portugal em torno da criação das capitanias, fato é que sua implementação prática foi permeada de dificuldades ímpares, tais como os parcos recursos financeiros por parte dos donatários, a limitada capacidade logística em territórios tão imensos, a baixa comunicação entre as capitanias, as resistências de indígenas inimigos de Portugal e os diversos ataques de frotas corsárias a esses territórios. A experiência da “privatização” da colonização do Brasil (algo também experimentado em grande parte da América espanhola) fracassou miseravelmente em praticamente todas as capitanias, legando êxito apenas em duas províncias, as de **Pernambuco** e **São Vicente**, cuja experiência em torno da **cultura canavieira** deixou prósperas marcas em suas economias, estimulando também toda a economia colonial a partir do século seguinte. Não obstante, cristalizaram-se na economia e sociedade colonial duas características centrais das malfadadas capitanias: o aparecimento das primeiras **vilas e cidades** na colônia e o enraizamento do sistema de **sesmarias** na divisão de terras.

Recordemos que as capitanias foram criadas tendo por objetivo a contenção do avanço estrangeiro sobre os territórios coloniais, na medida em que se tornava cabal a fraqueza do sistema de capitanias, navegadores franceses, com o apoio de indígenas tupinambás e tamoios, estabeleceram uma base militar na Baía de Guanabara por volta de 1550. Essa colônia se desenvolveu por quase duas décadas, constituindo a chamada **França Antártica**, que seria destruída por militares portugueses aliados a indígenas tupiniquins. Foi neste contexto, com o objetivo de se expulsar os franceses e reagir à patente fragilidade da colonização portuguesa até aquele instante, que a coroa portuguesa instituiu o **Governo Geral**, baseado na primeira capital brasileira, **Salvador**.

O primeiro governador geral da colônia foi **Tomé de Sousa**, entre os anos de 1549 e 1553. Seu objetivo seria a construção e fortificação da capital colonial, a correção dos maus hábitos, a catequização



dos indígenas e a busca por metais preciosos, tendo ele iniciado o movimento de **entradas**, que abordaremos mais a frente. Junto a si vieram outros portugueses convocados a assumirem cargos públicos, colonos e seis jesuítas chefiados pelo padre **Manuel da Nóbrega**, os primeiros enviados da **Companhia de Jesus** para as Américas. Com ele também vieram as primeiras cabeças de **gado** para a região de Salvador, que logo se alastraria em direção ao sertão nordestino e ajudaria a complementar a alimentação e o mercado interno colonial nos séculos seguintes.

Em 1553 foi sucedido por **Duarte da Costa**, o qual teve de lidar com a fundação da já mencionada França Antártica na região do atual Rio de Janeiro. Duarte da Costa também veio acompanhado de numerosos colonos portugueses e de padre jesuítas. Dentre estes se destacaria o então noviço **José de Anchieta**, cuja intensa atividade ao lado o padre Manuel da Nóbrega rendeu-lhe o título de grande catequizador de tribos indígenas no litoral sudeste brasileiro, tendo também participado da fundação, no planalto do Piratininga, o **Colégio de São Paulo** no ano de 1554, o qual daria origem à futura cidade de São Paulo.

Foi durante o seu governo que numerosas terras existentes ao longo do litoral baiano, então sob domínio das tribos tupinambás, foram capturadas pelas tropas portuguesas e convertidas principalmente em engenhos de açúcar. No entanto, ainda que tenha logrado êxito em grande parte de seus intentos, Duarte da Costa voltou à Portugal marcado pelo estigma da invasão francesa à Baía de Guanabara, e ainda mais como aquele que não conseguiu expulsá-los de solo brasileiro. Em 1558 foi sucedido por **Mem de Sá**, que conseguiria utilizar-se de uma eficiente aliança militar com grupos indígenas favoráveis à Coroa portuguesa e assim reagir à presença francesa no Brasil, a qual chegou ao fim em 1567, graças também à belicosidade de seu sobrinho **Estácio de Sá**, fundador do **forte da Baía da Guanabara**, origem da cidade de **São Sebastião do Rio de Janeiro (1565)**.

Os governos-gerais foram responsáveis, às duras penas, pela concretização do almejado plano de colonização do Brasil por Portugal. Pacificada, ao menos até o segundo quartel do século XVII, a colônia, teve início um relativamente longo e próspero período de enriquecimento de grande parte do território nordestino, estendendo-se da cidade de Salvador até a região do atual Maranhão. Esse enriquecimento foi possível graças à expansão dos **canaviais de açúcar** pelos solos mais férteis e litorâneos da região, onde prosperaram desde então os **engenhos-de-açúcar**, cuja existência marcou a chegada maciça, em especial a partir da primeira metade do XVII, de **africanos escravizados** à colônia, cujo trabalho desempenharia o papel de força motriz da economia colonial até a promulgação da Lei Áurea quase 300 anos depois.

Ainda, foi durante esse período que surgiram as primeiras **Câmaras municipais** nas **vilas e cidades** recém-fundadas da colônia. As câmaras eram geridas pelos **“homens-bons”**, geralmente grandes senhores de terra e escravos, os quais ocupavam os cargos de vereadores destas câmaras. Os cargos de vereadores estavam proscritos a descendentes de negros, alforriados e judeus. Nestas câmaras decidia-se todos os assuntos relativos à administração das cidades: a criação e cobrança de impostos, a realização de obras públicas, o pagamento de provimentos aos livres, a garantia de abastecimento de víveres às suas localidades, etc. A existência das câmaras marcou o momento de maior autonomia para as vilas e pequenas cidades do período colonial, dando-lhes a capacidade mesma de requerer ao governo e ao próprio rei diversas reivindicações de foro político e econômico.



Por fim, vale mencionarmos que, em 1621, com o objetivo de tornar mais efetiva a administração colonial, o governo português dividiu as antigas capitanias em dois blocos de concentração: o **Estado do Maranhão**, com capital em São Luís até o ano de 1751, e o **Estado do Brasil**, com capital em Salvador. Além disso, durante a colônia, oficialmente exerceu-se o sistema do **exclusivo metropolitano** (ou **pacto colonial**), onde a colônia brasileira estaria submetida ao comércio exclusivo com a metrópole portuguesa. No entanto, a ideia de um pacto colonial tão impactante tem sido questionado por uma recente historiografia sobre a colônia, onde tem se demonstrado que o comércio brasileiro com regiões limítrofes não estava de tal modo engessado pelo pacto, e mesmo o tráfico negreiro foi em grande medida mais lucrativo para os próprios traficantes do que para a Coroa (que, apesar disso, também lucrava imensamente com o tráfico).

A interiorização da Colônia: sobre jesuítas, vaqueiros e bandeirantes

O empenho de mão-de-obra escrava foi comum na colônia desde a primeira metade do XVI, quando indígenas rebelados contra a colonização lusa foram progressivamente derrotados e escravizados, por meio da lógica das **guerras justas**, pelos portugueses e seus aliados indígenas e **mestiços mamelucos**, o resultado da primeira miscigenação étnica brasileira entre brancos e índios. Muitos destes mamelucos se tornaram especialistas no apresamento de indígenas nos **sertões**, isto é, nos territórios interioranos, e por isso se tornariam o braço central das **bandeiras** realizadas entre os séculos XVII e XVIII.

A escravização indígena, prática comum no século XVI, foi duramente repreendida pelas autoridades jesuíticas presente na colônia. A crítica também estava acompanhada por uma séria preocupação: a gradativa e rápida diminuição no tamanho da população indígena presente na colônia ocorrida pelo alastramento de diferentes **epidemias** oriundas de solo europeu, às quais os indígenas não tinham condições biológicas de resistir. Esta preocupação, e o anseio pela evangelização dos nativos, levou à formação de **missões jesuíticas** em diferentes partes da colônia, especialmente nas regiões mais interioranas. Além disso, dada a pressão crescente por uma ação efetiva da Coroa em relação a essa questão, sobretudo por parte do papado, a escravidão indígena passou a ser substituída pela vinda de africanos escravizados, cujo conhecimento progressivo no cultivo da cana-de-açúcar seria essencial para a consolidação dessa cultura na colônia.

O incremento de africanos escravizados na colônia também se deu mediante o aumento dos lucros oriundos do **“comércio infame”** de escravos, tradicionalmente conhecido por **tráfico negreiro**. O tráfico era levado a cabo por comerciantes portugueses, africanos e colonos (inclusive mamelucos). O comércio envolvia interesses mútuos entre traficantes e intermediários no continente africano, cuja ação se dava de diferentes



formas, dentre elas: o aprisionamento em guerras, a escravidão por dívidas e o rapto de indivíduos ou pequenos grupos de pessoas em tribos inimigas. As condições do transporte eram deploráveis, causando um elevado índice de mortandade entre os cativos nos **navios negreiros**. Uma vez chegados à costa brasileira, os escravizados eram imediatamente levados aos mercados de compra e venda de escravos, onde recebiam o ultimato de seu funesto destino.

Até meados do século XVII, Pernambuco foi o coração financeiro da colônia, concentrando em suas terras o grosso dos grandes centros de produção açucareira. As grandes fazendas de produção de açúcar, reputadas historicamente como os **engenhos de açúcar** (nomenclatura originalmente utilizada em referência ao maquinário de produção de açúcar existente nessas fazendas), englobaram grande parte dos grupos sociais comuns à colônia: os **senhores de engenho**, proprietários destas terras originárias de antigas sesmarias, os **escravizados**, que formavam o grosso da população do engenho, englobando a cifra de quase 80% de seus habitantes, e os **trabalhadores livres**, que ocupavam diferentes postos assalariados dentro dos engenhos a mando de seus senhores, tais como o cargo de **feito-mor**, o responsável pelo controle de toda a produção da fazenda, **mestre de açúcar**, **purgador**, **caldeireiro**, **Oficial de açúcar** e **Feitor de campo**, dentre outros.

As instalações típicas dos engenhos eram: a **Casa-grande** (moradia do senhor, de sua família e de seus escravos domésticos), a **Senzala** (onde viviam aglomerados a quase totalidade dos escravos da propriedade), o **canavial** (local de plantio da cana-de-açúcar), a **Moenda** (onde se moía a cana e extraía-se o seu bagaço e caldo) a **Casa das caldeiras** e o **Moinho** (onde o caldo era limpadado e purificado), a **Casa de purgar** (onde se cristalizava o melado do açúcar), dentre outras instalações menores. Os “pães de açúcar” (blocos duros de açúcar) eram levados para os portos, de onde se dirigiam rumo o mercado europeu, onde seriam refinados e revendidos para todo o mundo.

A produção de açúcar colonial e, especialmente, a pernambucana seria fortemente impactada por acontecimentos no âmbito metropolitano. Em **1580**, dois anos após a morte em batalha do rei **D. Sebastião**, que morreu sem deixar herdeiros, e logo após a morte de seu tio e sucessor **Cardeal Henrique I, o “casto”**, abriu-se em Portugal uma sangrenta disputa pelo trono. Venceria ao fim um dos três pretendentes ao trono português (e o mais poderoso): **Felipe II, rei de Espanha**, coroado em 1581 como **Filipe I** de Portugal. Inaugurava-se sob a **dinastia Filipina** um período de 60 anos de união das coroas de Portugal e Espanha sob a liderança do monarca espanhol, período conhecido como **União Ibérica**.

O reinado de Filipe II se estendia também por sobre a região dos **Países Baixos** (atuais Holanda e Bélgica), região que lutava por autonomia administrativa e religiosa desde a conversão de grande parte da região ao **calvinismo** no contexto da **Reforma Protestante**. Em 1581 a população local declarou a independência da **República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos**, com capital em **Amsterdã**, do Império Espanhol. Como reação, Filipe II mandou que os súditos da coroa (incluindo-se aqui os portugueses) cortassem relações comerciais com a nova república, por ele considerada uma província rebelde do Império.

Ocorre que grande parte da produção açucareira colonial recebia pesados investimentos de bancos holandeses, tornando a proibição imposta pelo soberano bastante pesada para senhores de engenho e comerciantes holandeses. O comércio holandês sofrera grande impulso desde 1602, quando foi criada a



Companhia Holandesa das Índias Orientais, um dos primeiros grandes exemplos de multinacionais da história. O avanço holandês rumo à competição pelos mercados orientais inspirou a criação da **Companhia Holandesa das Índias Ocidentais** em 1621, cuja competência central seria o boicote às imposições do monarca espanhol e o controle de pontos-chaves da produção açucareira.

Assim teve início as **Invasões holandesas**, coordenadas pela Companhia a mando do governo holandês. A primeira das invasões teve como destino a cidade de Salvador no ano de **1624**, tentativa frustrada em um curto período de tempo por forças luso-brasileiras e espanholas. A segunda onda de invasões se deu em direção ao maior produtor de açúcar do mundo daquele período, a capitania de Pernambuco, no ano de **1630**. Desta vez a tentativa foi exitosa, levando à ocupação holandesa do solo pernambucano por 24 anos.

O chamado **Brasil holandês** gradativamente cresceu territorialmente desde a capitania da Bahia até a região do Maranhão. O principal responsável por essa guinada foi o conde **Maurício de Nassau**, enviado para o Brasil no ano de 1637 com o objetivo de coordenar a ocupação holandesa. Sua política verteu-se em algumas bases centrais: concessão de empréstimos aos senhores de engenho, a institucionalização de políticas de tolerância religiosa entre católicos e calvinistas e melhorias urbanas na região de Recife. A resistência aos holandeses permaneceu isolada nas regiões interioranas ao sul de Pernambuco por vários anos. A grande mudança se deu em **1640**, ano em que Portugal veio a se separar da coroa espanhola por intermédio do duque de Bragança, que logo seria coroado sob o título de **D. João IV**, o primeiro monarca da dinastia de Bragança.

Uma das primeiras medidas adotadas por D. João foi o estabelecimento de um acordo de paz com prazo de 10 anos para com os holandeses, de modo que pudesse readequar a resistência. Todavia, antes mesmo que se iniciassem quaisquer agressões por parte de luso-brasileiros, os próprios holandeses se encarregariam por reunir os seus inimigos. Pressionado por credores holandeses, que buscavam implementar restrições de créditos aos senhores de engenho locais, Nassau se retiraria do Brasil em 1644, dando lugar a outros governantes que implementariam medidas fortemente antipopulares e reintroduziriam o elemento de intolerância entre católicos e protestantes, levando mesmo à perseguição aberta a sacerdotes católicos.

A partir de **1645** teve início a **Insurreição Pernambucana**, cujo ápice foram as **Batalhas de Guararapes** entre **1648 e 1649**, todas elas vencidas por tropas luso-brasileiras, compostas por portugueses, indígenas e africanos. Após as sucessivas vitórias, Portugal manteve o envio de tropas em direção aos holandeses, que se retirariam em definitivo de solo brasileiro em **1654**. A retirada holandesa foi seguida pela expansão da produção canavieira nas **Antilhas holandesas**, que logo se tornaram fortes concorrentes do açúcar pernambucano e brasileiro em geral. Foi no contexto de queda do valor do açúcar brasileiro no plano internacional que outro produto de maior valor e importância pouco-a-pouco entrou na pauta econômica da colônia.

Isto está diretamente relacionado com um importante efeito colateral oriundo do período da União Ibérica. Durante essa experiência política, as fronteiras entre as colônias ibéricas se tornaram confusas e, na prática, desnecessárias. Aproveitando-se dessa confusão, colonos luso-brasileiros, especialmente **paulistas**,



passaram a coordenar diversas expedições militares rumo o interior brasileiro, denominadas de **bandeiras**. As bandeiras tinham por objetivo a **captura de escravos fugitivos para senhores contratantes, a escravização de indígenas e a descoberta de metais preciosos**. Com as bandeiras, as fronteiras originais da colônia lusa, delimitadas oficialmente pelos meridianos do Tratado de Tordesilhas, foram expandidas rumo ao **vale amazônico ao norte** e a região do **rio da prata ao sul**.

Entre o fim do século XVII e o início do XVIII, bandeiras coordenadas desde São Paulo descobriram **veios de ouro** na região que se estende desde o atual Paraná até Minas Gerais, mais tarde se expandindo também rumo a Goiás e Mato Grosso. Foi nas Minas Gerais que teve propulsão a **Era do Ouro**, que daria um novo impulso na economia colonial a partir de 1700. A descoberta de ouro por bandeirantes paulistas nas Minas Gerais logo atraiu a atenção de colonos de todas as partes, incluso da própria metrópole. Neste contexto ocorreu a **Guerra dos Emboabas**, em que paulistas e colonos recém-chegados se digladiariam pela posse do ouro local, vencendo o segundo grupo, que logo empurrou os paulistas em direção ao Centro-Oeste.

A produção de ouro foi determinante em localidades como **Vila Rica de Ouro Preto, Vila Real de Sabará e Vila de São João Del Rei**, e foi seguida também pela descoberta de diamantes no **distrito diamantino** (atual Diamantina). Para lá se dirigiram habitantes de toda a colônia e metrópole, gerando um fenômeno de **urbanização** (cuja riqueza se ostentava nas linhas do **barroco**) e **alta densidade demográfica**. A atração de grandes contingentes populacionais sedentos pela “febre do ouro” foi acompanhada por problemas de abastecimento de víveres e itens de natureza básica. Assim, passou-se a incrementar a alimentação da população local com itens oriundos do mercado interno colonial e de criações de gado ao sul e no Nordeste.

A criação de gado sempre exercera um papel de importância para a economia colonial, fosse com o gado utilizado como força motora nos engenhos de açúcar, fosse pelo abate voltado para o abastecimento do mercado alimentício. No caso nordestino, as criações de gado colaboraram com a interiorização da colônia lado-a-lado com o movimento dos jesuítas e bandeirantes nas regiões ao sul. Ali, criadores de gado foram obrigados a buscar solos mais pobres no **sertão e agreste** nordestino, uma vez que os férteis solos litorâneos estavam resguardados por decreto real para a produção de açúcar. Agora, esse mesmo gado seria necessário para o abastecimento da imensa população deslocada rumos às minas.

A produção de ouro foi, desde cedo, alvo de preocupação por parte da coroa portuguesa. A guerra dos emboabas despertou Portugal para o perigo iminente de se perder de vista a rica produção aurífera mineira, escoando-a direto para as mãos de interessados locais. Assim, criou-se várias instâncias de controle da produção e venda, indo desde impostos até institutos reais. Dentre os impostos destacou-se o **quinto**, que estabelecia o envio de 20% da produção de ouro rumo ao tesouro português. Em caso de não cumprimento do quinto, declarava-se a **derrama** sobre os acusados, onde confiscava-se à força bens do devedor como forma de pagamento de seu débito. Além disso, diante das artimanhas de escoamento ilegal de ouro (das quais se destacou o popular **santo do pau oco**), o governo metropolitano fez criar as **Casas de Fundição**, por onde todo o ouro deveria passar, sendo transformado em barras com o selo real, e ali sendo também retido de automático o quinto da coroa.



A produção de ouro focou aquelas regiões auríferas mais próximas a leitos de rios, e por esse motivo logo começaria a rarear, com apenas 50 anos aproximados de **ciclo do ouro**. A partir de **1750** a produção sofreu uma enorme queda, o que, por um lado, redundou em crescentes manifestações de descontentamento dos habitantes locais para com a coroa e, por outro lado, levou à dispersão de grande parte dos mineiros em direção ao centro-oeste e centro-sul da colônia.

O período de crise na produção aurífera coincidiu com a égide das **reformas Pombalinas** empreendidas pelo **Marquês de Pombal**, o principal ministro e conselheiro do rei **D. José I**. As reformas que mais impactaram sobre a organização colonial foram: **a racionalização dos gastos do Erário Régio** (Tesouro Real) e, sobretudo, **a maior taxaço e coerço sobre os produtores de ouro das minas**. Além disso, Pombal foi o responsável pelo banimento da Ordem dos Jesuítas de todos os territórios do Império ultramarino português. Somados todos esses fatores, abriu-se na colônia a perspectiva de reais e sangrentas revoltas, que se divisaram entre características **nativistas** e **separatistas**.



Rebeliões coloniais: nativismo e separatismo

Aqui iremos elencar, brevemente, alguns dos principais casos de revoltas que englobam as duas esferas de rebeliões coloniais. No campo do **nativismo** se destacam a **Revolta dos Beckman (1684)**, **Revolta dos Emboabas (1708-1709)**, da qual já falamos, **Guerra dos Mascates (1710-1711)**, **Revolta de Vila Rica (1720)**.

A Revolta dos Beckman foi um movimento revoltoso estourado no contexto das querelas entre jesuítas e senhores de engenho da região do **Grão-Pará e Maranhão**, onde se manifestava a questão indígena como argumento central da revolta. Os revoltosos se colocavam contrários à medida promulgada pelo rei em 1680, que proibia a escravidão indígena em solo brasileiro. Além disso, a Coroa criava a Companhia do Comércio do Maranhão, que na prática monopolizava e dificultava a vida dos habitantes da região. Irritados, os irmãos **Manuel e Tomás Beckman**, junto a outros, pegaram em armas contra a Coroa, tendo, ao fim, sido derrotados pela coroa. Manuel Beckman foi enforcado.

A Guerra dos Mascates foi tensionada pelos embates entre senhores de engenho de **Olinda** e comerciantes (os “mascates”) de **Recife**. Os primeiros acusavam estes de se enriquecerem ilicitamente sobre o empobrecimento dos senhores, endividados pela queda geral no preço do açúcar no mercado internacional. O ponto fulminante foi a elevação de Recife à vila, o que lhe conferia a observância de uma Câmara municipal própria. Diante disso, muitos senhores olindenses decidiram se revoltar, reunindo tropas e invadindo a cidade de Recife. Por fim, os olindenses revoltosos foram reprimidos por tropas metropolitanas e Recife foi, de fato, elevada à categoria de vila.

A Revolta de Vila Rica (ou revolta de Filipe dos Santos), por sua vez, ocorreu em **1720** na região de Ouro Preto, e foi motivada pela reação de produtores locais de ouro diante da criação das casas de fundição e do monopólio de itens básicos em mãos de portugueses (os “reinóis”). Seu líder foi Filipe dos Santos, foi enforcado em praça pública a 15 de julho de 1720, uma vez desvelada a conspiração. No entanto, um efeito sentido imediatamente após o fim da revolta foi a elevação de Minas Gerais como capitania independente de São Paulo.

Ainda, pode-se elencar duas grandes rebeliões coloniais de caráter **separatista**: a **Conjuração mineira** e a **Conjuração Baiana**.

A Conjuração (ou Inconfidência) mineira ocorreu no ano de **1789** e teve por causa a ameaça de decreto de derrama na capitania de Minas Gerais. Vários conspiradores se reuniram contrariamente ao que consideraram um ato de despotismo da coroa, especialmente membros das elites locais, com algumas exceções, como o alferes **Joaquim José da Silva Xavier**, o **Tiradentes**. A conspiração teve fortes traços de inspiração nas ideias iluministas postas em prática uma década antes em meio à **Revolução Americana (1776)**. Defendia-se, para além do fim da derrama, a separação da capitania de Minas do restante da colônia, fundando-se ali uma **República** independente.



Por fim, após a delação de um dos membros do grupo de conspiracionistas, **Joaquim Silvério dos Reis**, foi decretada a prisão e julgamento dos principais membros do movimento. Tiradentes foi condenado à forca e ao esgarçamento, enquanto que os demais se dividiram entre a prisão e o **degredo (pena de exílio forçado em colônias africanas por um período de tempo ou mesmo por toda a vida)**.

A Conjuração baiana (ou Revolta dos Alfaiates), por outro lado, ocorreu em 1798 e reuniu uma gama muito maior de estratos sociais, destacando-se profissionais liberais, como sapateiros e alfaiates, ex-escravos e membros da elite. A conspiração foi motivada pela insatisfação popular diante da elevação do Rio de Janeiro como capital da colônia em lugar de Salvador, o que gerou impactos econômicos para a sociedade soteropolitana. A crise geral também suscitou, agora muito motivados pela **Revolução Francesa**, a criação de uma República baiana, onde prevaleceria a diminuição de impostos, o fim da escravidão e a liberdade. Por fim, no entanto, os revoltosos foram desvelados e derrotados, tendo recebido o mesmo fim de muitos outros anteriores.

Tendo abordado o período colonial, vamos praticar?



CACD 2017

Questão 44

A configuração territorial da América portuguesa colonial foi alcançada por meio de um processo histórico dinâmico, iniciado no século XVI. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens:

3. As capitanias hereditárias foram concedidas a militares portugueses, que recebiam as doações como reconhecimento por serviços prestados à Coroa, bem como para reforçar a defesa do território colonial e facilitar a sua exploração.

Comentário:

As capitanias hereditárias na América exerciam baixa atração sobre as figuras mais proeminentes de Portugal, porque as rotas para a Ásia eram muito mais lucrativas e cercadas de todo um imaginário mais potente. Os capitães-donatários vindos para a América eram oriundos da pequena nobreza, da burguesia e da burocracia, mas todos bem relacionados com a Coroa. Assim, item errado.

4. A doação de terras pelos capitães-donatários a sesmeiros deu origem à formação de latifúndios.

Comentário:

A possibilidade de doar as terras aos sesmeiros por iniciativa própria do capitão-donatário permitiu que terras virgens fossem concentradas nas mãos de algumas pessoas, sem que houvesse uma cobrança efetiva de contrapartidas pelo cultivo da terra. Com o avanço das sesmarias, formava-se uma nova elite colonial ao mesmo tempo em que a terra ia sendo repartida e talhada segundo privilégios e influências, conformando um embrião dos latifúndios brasileiros. Item correto.

CACD 2016

Questão 45

“Os acontecimentos são como a espuma da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”. São de Georges Duby essas observações. De acordo com ele, “acontecimentos sensacionais” – a exemplo da chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1808; da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815; da oficialização do rompimento entre Brasil e Portugal, em 1822; da outorga da Carta Constitucional do Império, em 1824; e da abdicação de D. Pedro I, em 1831 – podem apresentar valor inestimável para a compreensão das circunstâncias



históricas nas quais se evidenciaram. (Cecília Helena de Salles Oliveira. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.). O Brasil imperial (vol. I – 1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 17, com adaptações)

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de independência do Brasil, julgue os itens seguintes.

1. As teses libertárias do Iluminismo, que embalsamaram a Revolução Francesa de 1789 e impulsionaram a independência das treze colônias inglesas na América do Norte, em 1776, também chegaram ao Brasil, presentes em movimentos emancipacionistas como as Conjurações Baiana (1798) e Mineira (1789).

Comentário:

A Conjuração Baiana (1798-1799) e a Inconfidência Mineira (1789) tiveram como marca evidente a participação de setores intelectualizados das sociedades locais. Todo o ideário iluminista acabou chegando pelos canais de importação cultural construídos pela pujança político-econômica de Salvador e pelo ciclo do ouro mineiro, contaminando algumas porções da sociedade. Os exemplos francês e estadunidense foram pontos fundamentais para inspirar a prática revolucionária no contexto colonial brasileiro. Item correto.

CACD 2014

Questão 45

As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por acontecimentos internacionais com reflexos no Brasil. A conjuntura econômica e política agravava a situação do lado de cá do Atlântico, pois tinha início a passagem de um regime de monopólios para o de livre concorrência. A crise do sistema colonial foi explorada por três conspirações capazes de revelar a influência dos ideais de liberdade disseminados pela Revolução Francesa, e a ideia de que uma eventual independência da América portuguesa tomava forma. (Mary Del Priore e Renato Venâncio. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010, p. 143-4, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, considerando o processo de independência do Brasil.

2. Entre as conspirações que exploraram o quadro de crise do sistema colonial, como apontado no texto, nenhuma foi mais importante que a Conjuração Mineira, em 1789, quando, a partir de Vila Rica – próspero centro minerador e no auge de sua capacidade exploradora –, os inconfidentes disseminaram pela colônia seus ideais emancipacionistas, republicanos e abolicionistas.

Comentário:

O avaliador aqui teve em mente derrubar o candidato que baseia seu conhecimento no arcabouço tradicionalista sobre a Inconfidência Mineira. Primeiro, Vila Rica (atual Ouro Preto), apesar de ser



ainda a cidade mais importante da província, liderando-a tanto política quanto intelectualmente, já vivia, em 1789, o evidente esgotamento das minas há cerca de três décadas. Além disso, o ideário dos inconfidentes não era nem um pouco claro quanto à abolição da escravidão, já que proprietários de escravos participavam da conspiração; bem como a inspiração republicana também dialogava com a experiência americana, uma república escravocrata. Por fim, é importante circunscrever o alcance da Inconfidência Mineira, que tentava a independência da província, e não de toda a colônia, já que a experiência não foi evocada, por exemplo, no momento da independência brasileira. Item errado.

3. Enquanto as ideias iluministas, que fundamentaram a Revolução Francesa 1789, chegavam ao Brasil e incendiavam os movimentos pela independência, que se multiplicavam pela colônia, a independência das treze colônias inglesas da América do Norte foi ignorada tanto nas colônias hispânicas quanto no Brasil.

Comentário:

Apesar do impacto central do Iluminismo nas insurreições latino-americanas, não se pode ignorar o lugar da independência dos Estados Unidos da América em 1776. O exemplo republicano dos americanos teve importantes desdobramentos pelo restante do continente, no qual apenas o Brasil optaria pela monarquia uma vez independente. Outrossim, não se pode ignorar que a Inconfidência Mineira (primeiro trimestre de 1789) é anterior à Queda da Bastilha (14 de julho de 1789); portanto, das experiências revolucionárias iluministas, os inconfidentes estavam atentos à independência dos EUA. Item errado.

4. Transformando as bases materiais da sociedade, com vigorosa repercussão política, social e cultural, a Revolução Industrial rompeu com os elementos de sustentação da economia vigente na Idade Moderna, subvertendo os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América.

Comentário:

O item não apresenta nenhum erro patente, mas é passível de discussão. É evidente que a Revolução Industrial (segunda metade do século XVIII) provocou transformações profundas em praticamente todas as camadas da experiência humana. Desde a aceleração do tempo social até uma nova estrutura da luta de classes, as sociedades que se industrializaram sofreram uma modificação tão profunda quanto abrupta. Mas é questionável se, por exemplo, os interiores da colônia portuguesa na América sequer foram informados das rupturas profundas ocorridas em alguns países da Europa. Não faz muito sentido falar, por exemplo, que a Rússia sofreu uma subversão “(d)os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América”. A Rússia manteria várias estruturas coloniais da Idade Moderna até o início do século XX sem deixar de ser uma potência relevante para a própria Europa. Sim, as transformações decorrentes da Revolução Industrial deram ganhos de eficiência e fizeram emergir potências que subverteram, sim, os pilares do antigo mercantilismo, fazendo triunfar uma fase nova (e mais robusta) do capitalismo. As potências industriais, definitivamente, marchavam para a vitória histórica, mas isso não significou sequer uma capitulação para a periferia de todos aqueles Estados que não entraram na fase industrial. Ou seja, isso não necessariamente implica dizer que todas as relações foram solapadas: sem a ameaça napoleônica, talvez a frágil monarquia portuguesa conseguisse arrastar por mais algumas décadas o pacto



comercial com suas colônias. O item não apresenta nenhum erro aberrante, mas enseja uma lógica, no mínimo, questionável. Assim, item correto, mas sob questionamentos.

CACD 2013

Questão 43

Acerca da configuração territorial da América portuguesa, julgue os seguintes itens.

2. A expansão territorial para o sul, para que o Rio da Prata fosse limite natural, resultou na fundação de Montevidéu em 1680.

Comentário:

As pressões territoriais portuguesas com destino ao sul do território ocupado resultou, em 1680, no início da fundação da colônia de Sacramento, ocupando a margem oriental do Rio da Prata. No entanto, a cidade de Montevidéu só seria fundada em 1723, com a construção do Forte de Montevidéu, já no contexto de enfrentamentos entre portugueses e espanhóis para o controle da região. Item errado.

3. No século XVII, os portugueses conquistaram o litoral nordestino e a foz do rio Amazonas.

Comentário:

O item foi anulado sob a seguinte justificativa: “o termo ‘conquistaram’ prejudicou o julgamento objetivo do item. Por esse motivo, opta-se pela anulação”. De fato, o termo impossibilita a compreensão sobre o que a banca queria dizer no item. Item **anulado**.

4. A criação de gado foi a primeira atividade produtiva promotora da interiorização mais profunda da colonização.

Comentário:

Segundo Capistrano de Abreu, o casco do boi foi elemento definidor da interiorização da colônia portuguesa na América. Com os latifúndios voltados para a monocultura, a agropecuária de subsistência foi relegada para as áreas mais distantes, principalmente o gado de corte, cujos estouros de boiada eram perigosos para as lavouras de cana-de-açúcar. Impedidos de ficar próximos das áreas de plantation e premidos pelas necessidades de manejo do gado, os criadores foram adentrando no território em busca de pasto e água e tocando a boiada. Item correto.

CACD 2011

Questão 41

Segundo Frei Vicente do Salvador, em uma das ocasiões em que foi necessário pegar em armas para submeter os gentios da região do Cabo de Santo Agostinho, Duarte de Albuquerque Coelho



organizou várias companhias de guerra. Em Olinda, servindo-se de “mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino”, o donatário “ordenou outras três companhias”: “que por capitão dos de Viana do Castelo fosse João Pais, dos do Porto, Bento Dias Santiago e dos de Lisboa, Gonçalo Mendes d’Elvas, mercador”.

(Leonor F. Costa. Redes interportuárias nos circuitos do açúcar brasileiro. O trejeito de Gaspar Pacheco, um banqueiro de D. João IV. In: M. Cunha (coord.) Do Brasil à metrópole. Efeitos sociais (séc. XVII-XVIII). Anais da Universidade de Évora, jul./2001, p.15, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos à sociedade colonial brasileira.

1. A despeito da importância econômica que desempenhavam, comerciantes e mercadores reinóis enfrentavam, no Brasil, grande dificuldade para alcançar representação política.

Comentário:

As estruturas de poder da monarquia portuguesa davam grandes vantagens para aqueles que, dispondo de condição aristocrática, conseguiam operar dentro dos caminhos da corte, dando e conquistando favores. A vida burguesa e o trabalho manual da colônia eram vistos como menores, só conseguindo real expressão política alguns comerciantes de grosso trato, cuja condição se tornava inescapável para a vida econômica da colônia. Assim, a vida política estava baseada em valores outros, como a noção de nobreza e de viver nobremente, que não propriamente a renda. Item correto.

2. Entre as cláusulas do Pacto Colonial incluía-se a da obrigatoriedade de que os mercadores portugueses, quando solicitados, colaborassem militarmente com as forças da metrópole.

Comentário:

Ao contrário do que o item faz supor, nunca houve propriamente um documento batizado de pacto colonial, mas sim todo um sistema de leis e de práticas de exclusivismo que regulava a relação entre metrópole e colônia, impondo limitações às atividades da elite colonial em troca de compromissos metropolitanos. Portanto, não se pode falar de “cláusulas” do pacto colonial. Havia, sim, a criação de forças locais e acordos no sentido de segurança pública e de defesa, mas as forças metropolitanas eram regidas por Lisboa, recebendo reforços ocasionais de homens arregimentados pelos grandes produtores. Os comerciantes costumavam agir mais no sentido do financiamento dos esforços de defesa. Item errado.

3. A centralização do poder político, refletida na concentração do aparato burocrático do império português em Lisboa, deu origem à monopolização do comércio colonial pelos mercadores lisboetas.

Comentário:

Até a segunda metade do século XVIII, é muito impreciso falar em uma concentração real do poder no império português. As dificuldades burocráticas, as dinâmicas internas do regime e as limitações de comunicações impunham à Coroa uma descentralização importante nas práticas. O aparato burocrático da Coroa portuguesa se equilibrava num tênue jogo de equilíbrios e de



interesses que refletiam toda a aristocracia portuguesa. Além disso, a alta nobreza portuguesa estava muito mais interessada nas possibilidades da expansão para a Ásia e nos intrincados caminhos da corte lisboeta. A vida na colônia americana, por mais de um século, passou ao largo dessas discussões, ficando a cargo de nomes menores e mais distantes do centro do poder português, formando uma elite local, os “homens bons”. Item errado.

4. As companhias de guerra configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, estando as expedições de exploração dos novos territórios associadas à captura de mão de obra escrava indígena.

Comentário:

As companhias de comércio, e não de guerra, eram expedientes político-econômicos relevantes nos diversos tipos de mercantilismo, muito embora tenham sofrido muito na colonização do território brasileiro, como a Cia. Geral de Comércio do Brasil do século XVII. Item errado.

CACD 2008

Questão 15

Acerca da cultura, economia e administração do período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.

Comentário:

Questão delicada. Houve, de fato, uma miscigenação entre os três elementos étnicos fundamentais da colônia brasileira. Em menor número, o português não conseguiria impor sua vontade e seus valores completamente, mas também dispunha de um relevante aparato repressor, ocorrendo, conseqüentemente, interpenetrações culturais. No entanto, não se pode atribuir esse fenômeno a uma disposição do colonizador português de manter as formas de conhecimento e de organização de negros e de indígenas, evitando exercer hegemonia. Assim, o item está errado.

2. Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.

Comentário:

Antônio Vieira reconhecia na colônia portuguesa na América a grande chance de Portugal dar um salto definitivo na concorrência europeia. Fortalecendo o poder central com a alimentação do controle mercantilista sobre uma colônia grande e de importantes possibilidades, Vieira falava pelo fortalecimento do poder central como meio tanto de agir na Europa quanto de atingir um grau maior de eficiência das políticas coloniais, sem esbarrar nas tantas instâncias de acordos e



de jogos de poder da vasta rede imperial portuguesa. Nesse sentido, a perigosa vida da corte e suas infinitas matizes e jogos eram um atraso a ser superado pela centralização. Item correto.

3. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.

Comentário:

Antonil (1649-1716), importante clérigo da vida colonial brasileira, escreveu “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas” em 1711. Item correto.

4. A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

Comentário:

As dimensões do reino português não conseguiriam manter a colonização caso não houvesse alianças com o setor privado. Além disso, para a realidade da época, tampouco fazia muito sentido estabelecer fronteiras claras entre público e privado nas tramas do antigo regime. A administração colonial, praticamente desde o início, delegou a particulares funções importantes e delicadas, bem como recorreu aos grandes produtores e comerciantes para empréstimos. A propriedade privada, portanto, foi uma presença marcante e decisiva em toda vida colonial brasileira. Item errado.

CACD 2005

Questão 6

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial européia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas florestas tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos. (Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: Berta K. Becker et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3.^a ed. São Paulo: Ana Blume–Hucitec, 2002, p. 312, com adaptações).

Partindo do tema tratado no texto e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A decisão portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental de especiarias.



Comentário:

Com a estabilização do continente europeu no século XVI, a concorrência frente a Portugal e Espanha começou a ser organizada, com a emergência de França, Reino Unido e Países Baixos. Sem uma ocupação mais efetiva do território, Portugal não conseguiria manter uma proteção militar contra os invasores, países cujas receitas se reanimavam com novas possibilidades comerciais. Com novos concorrentes, o exclusivismo no comércio com a Ásia também foi relativizado, importando a Portugal uma alteração na sua situação econômica. Assim, colonizar a América foi uma solução necessária tanto econômica quanto militarmente. Item correto.

2. A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defendê-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o momento da independência.

Comentário:

É preciso matizar essa “ausência do Estado”. A componente privada foi essencial para a colonização da América, atribuindo a particulares capacidades grandes de mando e de organização da vida político-econômica da colônia. No entanto, o Estado se fazia presente com governadores gerais, as redes de favores e de relações do antigo regime e o exclusivismo protecionista do pacto colonial. De qualquer maneira, a gestão da colônia seria alterada de maneira importante com o ciclo do ouro no século XVIII, com a presença do Estado na organização da propriedade privada e na pesada cobrança de impostos, além da fiscalização sobre a extração do ouro. Item errado.

3. A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.

Comentário:

O pau-brasil foi importante no século XVI, mas logo emergiu a rivalidade com o ciclo do açúcar e a grande lavoura escravocrata do nordeste brasileiro, reorganizando e deslocando a vida colonial. O comércio de grosso trato do açúcar e os importantes montantes investidos nas cadeias produtivas, além das transformações sociais decorrentes, compuseram um quadro mais rico e duradouro do que aquele verificado com o pau-brasil. Item errado.

4. Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

Comentário:

A colonização brasileira e as lógicas exclusivistas do pacto colonial português estão profundamente ligadas à fase de acumulação capitalista pelo comércio, com ciclos de repetição sem saltos de investimento nem grandes melhorias tecnológicas. O entesouramento do capital em metais preciosos também foi traço característico desse processo. Item correto.



CACD 2005

Questão 20

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As conseqüências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.

Comentário:

A ênfase do mercantilismo europeu na acumulação de metais nobres, no comércio como gerador de riqueza e na lógica da monocultura foi fundamental para o modo como foram organizadas as colônias ibéricas na América. Espanha concentrou parte significativa dos seus esforços na extração da prata e do ouro, ainda que isso tenha exposto sua base monetária a uma corrosão inflacionária importante, já que não houve dinamização produtiva equivalente. Portugal, por seu turno, encontrou na plantation toda a base de agroexportação necessária para manter os ganhos com o comércio num momento de quase nula concorrência com os gêneros produzidos na colônia. Lógicas essas que atravessariam séculos, mesmo frente a uma clara decadência dos dois reinos no século XVIII. Item correto.



2. Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidores da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.

Comentário:

A *plantation* adotada por Portugal para fazer circular o pacto colonial dentro de sua lógica mercantilista exigia a concentração de poderes e de terras na mão de poucos indivíduos para facilitar a organização e a fiscalização da produção monocultura. A ausência de concorrência internacional para o açúcar de qualidade produzido por meio da cana-de-açúcar criava uma demanda importante, que, sob a lógica de centralidade do comércio, foi traduzida na monocultura colonial. A população diminuta portuguesa era assimétrica frente às dimensões das lavouras coloniais e o ordenamento ético-jurídico da época permitia o emprego de mão-de-obra escrava para dar a produção elevada das lavouras. Item correto.

3. Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias — o pacto colonial — inviabilizava, na prática, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.

Comentário:

Item de interpretação de texto. O exclusivismo comercial entre colônia e metrópole não proibia o emprego da terra para outras finalidades, mas a lógica latifundiária tornava extremamente vantajosa a adoção da monocultura. Como Portugal não teria condições de abastecer de víveres a população colonial, é óbvio que, nas franjas da *plantation*, surgisse uma lavoura destinada à subsistência e ao mercado interno, sem forças para competir com o latifúndio, mas com demanda o suficiente para garantir sua existência. Item errado.

4. A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

Comentário:

O ciclo do açúcar, que viveu seu auge no século XVII, contou com importantes mercados consumidores na Europa, implicando em lucros grandes num contexto de ausência de concorrência. O açúcar da colônia portuguesa só enfrentaria concorrência real com a colonização das Antilhas por holandeses e franceses no século XVIII. Além disso, a tecnologia necessária para a produção do açúcar em escala demandou, sim, importantes investimentos, que foram supridos por empréstimos, como foi o caso da presença holandesa em Pernambuco. Item errado.

CACD 2005

Questão 21

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar,



o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescenta-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As conseqüências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Ao mencionar a existência de “centros mineradores”, o texto refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVIII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região — neste caso, São Paulo — cujo elevado dinamismo econômico requeria a incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.

Comentário:

A descoberta de metais preciosos ocorreu, sim, em meio às expansões e expedições promovidas pelos bandeirantes paulistas. Não por acaso, o fechamento da província das Minas Gerais seria antecedido pela Guerra dos Emboabas, opondo tropas portuguesas e sertanistas paulistas. No entanto, o movimento de interiorização paulista não se dá por pressão de expansão econômica, mas sim por um modesto comércio de drogas do sertão e de mão-de-obra escrava indígena, bem como de capitães mateiros buscando escravos. São Paulo seria uma província menor durante praticamente todo o período colonial, sem viver qualquer tipo de relevante dinamização. Item errado.

2. Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.

Comentário:

O ciclo aurífero brasileiro foi seguido por um importante processo de urbanização e de galvanização populacional com relativa distribuição de renda. A resultante demanda por novos



serviços além dos víveres básicos possibilitou uma progressiva formação de uma classe média urbana nas áreas de mineração, numa lógica diferente daquela do patriarcalismo nordestino, na qual todo o dinheiro é restringido às mãos do latifundiário. O caráter quase aleatório da extração mineral aumenta a permeabilidade por possibilitar o enriquecimento rápido, bem como atrai um número significativo de indivíduos pela possibilidade de circulação de dinheiro, ao contrário da concentração de renda e de poder nas aristocracias rurais. Assim, a lógica da mineração torna mais fácil a entrada de mais indivíduos no ciclo econômico, bem como gera crescimento por aumento de demanda. Item correto.

3. Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi preponderante, evidenciada no elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.

Comentário:

De fato, a presença estatal foi muito maior no ciclo do ouro do que na agroexportação nordestina, desde o momento do fechamento das estradas da província afim de controle estatal até a instauração de um importante complexo tributário sobre as atividades econômicas. No entanto, o Estado português não assumiu diretamente a extração do ouro, ficando restrito às casas de fundição – para regular seus volumes de extração e sua circulação – e à cobrança significativa de impostos. Ainda que tenha se convertido num agente econômico muito mais relevante do que quando comparado aos ciclos anteriores, o Estado português não atingiu o grau de intervenção indicado no item. Portanto, item errado.

4. A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro.

Comentário:

O ciclo aurífero no Brasil coincidiu com o surgimento de robusta competição internacional para a lavoura colonial, impondo importantes perdas de posições comerciais para o açúcar, até então produto maior da monocultura colonial. Por sua vez, a mineração tanto demandava uma grande quantidade de mão-de-obra escrava quanto absorvia párias sob o discurso da febre do ouro, já que qualquer um poderia tentar a sorte num eito de mineração e fazer fortuna, ao contrário da estrutura latifundiária da *plantation*. Nesse sentido, a mineração conseguiu drenar importantes contingentes populacionais para o centro-sul da colônia, cujo enriquecimento também relativizou os papéis dos grandes centros nordestinos, emergindo pólos importantes como Vila Rica no cenário político brasileiro. Esse plano geral de transferência político-econômica desaguarda, de maneira inapelável, na transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro no exato momento da transferência da capital de todo o império português para a América. Assim, item correto.



CACD 2017

Questão 44

A configuração territorial da América portuguesa colonial foi alcançada por meio de um processo histórico dinâmico, iniciado no século XVI. A respeito desse tema, julgue os seguintes itens:

3. As capitanias hereditárias foram concedidas a militares portugueses, que recebiam as doações como reconhecimento por serviços prestados à Coroa, bem como para reforçar a defesa do território colonial e facilitar a sua exploração.
4. A doação de terras pelos capitães-donatários a sesmeiros deu origem à formação de latifúndios.

CACD 2016

Questão 45

“Os acontecimentos são como a espuma da história, bolhas que, grandes ou pequenas, irrompem na superfície e, ao estourar, provocam ondas que se propagam a maior ou menor distância”. São de Georges Duby essas observações. De acordo com ele, “acontecimentos sensacionais” – a exemplo da chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro, em 1808; da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815; da oficialização do rompimento entre Brasil e Portugal, em 1822; da outorga da Carta Constitucional do Império, em 1824; e da abdicação de D. Pedro I, em 1831 – podem apresentar valor inestimável para a compreensão das circunstâncias históricas nas quais se evidenciaram. (Cecília Helena de Salles Oliveira. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (Orgs.). O Brasil imperial (vol. I – 1808-1831). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 17, com adaptações)

Tendo o fragmento de texto precedente como referência inicial e considerando aspectos marcantes do processo de independência do Brasil, julgue os itens seguintes.

1. As teses libertárias do Iluminismo, que embalsamaram a Revolução Francesa de 1789 e impulsionaram a independência das treze colônias inglesas na América do Norte, em 1776, também chegaram ao Brasil, presentes em movimentos emancipacionistas como as Conjurações Baiana (1798) e Mineira (1789).

CACD 2014

Questão 45



As últimas décadas do século XVIII foram marcadas por acontecimentos internacionais com reflexos no Brasil. A conjuntura econômica e política agravava a situação do lado de cá do Atlântico, pois tinha início a passagem de um regime de monopólios para o de livre concorrência. A crise do sistema colonial foi explorada por três conspirações capazes de revelar a influência dos ideais de liberdade disseminados pela Revolução Francesa, e a ideia de que uma eventual independência da América portuguesa tomava forma. (Mary Del Priore e Renato Venâncio. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2010, p. 143-4, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, considerando o processo de independência do Brasil.

2. Entre as conspirações que exploraram o quadro de crise do sistema colonial, como apontado no texto, nenhuma foi mais importante que a Conjuração Mineira, em 1789, quando, a partir de Vila Rica – próspero centro minerador e no auge de sua capacidade exploradora –, os inconfidentes disseminaram pela colônia seus ideais emancipacionistas, republicanos e abolicionistas.
3. Enquanto as ideias iluministas, que fundamentaram a Revolução Francesa 1789, chegavam ao Brasil e incendiavam os movimentos pela independência, que se multiplicavam pela colônia, a independência das treze colônias inglesas da América do Norte foi ignorada tanto nas colônias hispânicas quanto no Brasil.
4. Transformando as bases materiais da sociedade, com vigorosa repercussão política, social e cultural, a Revolução Industrial rompeu com os elementos de sustentação da economia vigente na Idade Moderna, subvertendo os pilares do antigo sistema colonial sobre os quais se assentara a colonização portuguesa na América.

CACD 2013

Questão 43

Acerca da configuração territorial da América portuguesa, julgue os seguintes itens.

2. A expansão territorial para o sul, para que o Rio da Prata fosse limite natural, resultou na fundação de Montevidéu em 1680.
3. No século XVII, os portugueses conquistaram o litoral nordestino e a foz do rio Amazonas.
4. A criação de gado foi a primeira atividade produtiva promotora da interiorização mais profunda da colonização.

CACD 2011

Questão 41

Segundo Frei Vicente do Salvador, em uma das ocasiões em que foi necessário pegar em armas para submeter os gentios da região do Cabo de Santo Agostinho, Duarte de Albuquerque Coelho



organizou várias companhias de guerra. Em Olinda, servindo-se de “mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do Reino”, o donatário “ordenou outras três companhias”: “que por capitão dos de Viana do Castelo fosse João Pais, dos do Porto, Bento Dias Santiago e dos de Lisboa, Gonçalo Mendes d’Elvas, mercador”. (Leonor F. Costa. Redes interportuárias nos circuitos do açúcar brasileiro. O trejeto de Gaspar Pacheco, um banqueiro de D. João IV. In: M. Cunha (coord.) Do Brasil à metrópole. Efeitos sociais (séc. XVII-XVIII). Anais da Universidade de Évora, jul./2001, p.15, com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir, relativos à sociedade colonial brasileira.

1. A despeito da importância econômica que desempenhavam, comerciantes e mercadores reinóis enfrentavam, no Brasil, grande dificuldade para alcançar representação política.
2. Entre as cláusulas do Pacto Colonial incluía-se a da obrigatoriedade de que os mercadores portugueses, quando solicitados, colaborassem militarmente com as forças da metrópole.
3. A centralização do poder político, refletida na concentração do aparato burocrático do império português em Lisboa, deu origem à monopolização do comércio colonial pelos mercadores lisboetas.
4. As companhias de guerra configuravam soluções econômicas típicas do mercantilismo colonial português, estando as expedições de exploração dos novos territórios associadas à captura de mão de obra escrava indígena.

CACD 2008

Questão 15

Acerca da cultura, economia e administração do período colonial da História do Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

1. O colonizador português tolerou bem e conviveu harmoniosamente com as diferenças culturais da sociedade, evitando impor a hegemonia de sua cultura a indígenas e africanos.
2. Antônio Vieira, de olhos no futuro, aconselhava o fortalecimento do poder monárquico luso, tendo como um dos instrumentos a máquina mercantil do Estado, com o fim de vencer a concorrência entre os impérios europeus.
3. O padre João Antônio Andreoni, o Antonil, amante da estatística e do cálculo, escreveu obra importante acerca da economia colonial no Brasil.
4. A colonização do Brasil, desde as origens, em 1500, até a transferência da Corte portuguesa, em 1808, orientou-se apenas pelo modelo estatal, sem recorrer ao setor privado ou à cooperação entre o setor público e o privado.

CACD 2005



Questão 6

O Estado-nação brasileiro tem suas raízes na expansão mercantil-colonial europeia do século XVI. Naquele momento histórico, as burguesias mercantis, aliadas às monarquias, sobretudo portuguesa e espanhola, empreendiam a busca, para além-mar, do ouro, da prata ou de produtos que, de alto valor comercial nos mercados europeus, pudessem ser transacionados com muito lucro. O pau-brasil, que abundava em nossas florestas tropicais, ao longo da costa atlântica, foi o primeiro alvo do saque aos recursos naturais, até então manejados por diversos povos indígenas nômades e seminômades. Ironicamente, a espécie que acabou por dar origem ao nome do país tornou-se a primeira vítima: o pau-brasil, madeira de coloração avermelhada que os europeus utilizavam na produção de tinturas, hoje só existe nos jardins e museus botânicos. (Carlos Walter Porto Gonçalves. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: Berta K. Becker et al. (org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. 3.ª ed. São Paulo: Ana Blume–Hucitec, 2002, p. 312, com adaptações).

Partindo do tema tratado no texto e considerando o início do processo de colonização do Brasil, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A decisão portuguesa de dar início efetivo à colonização de suas terras americanas, trinta anos após a descoberta, deveu-se, fundamentalmente, a dois fatores: o perigo concreto de perdê-las para concorrentes europeus, como os franceses, e a sensível redução dos lucros do comércio oriental de especiarias.
2. A colonização portuguesa processou-se conforme os padrões da época, ou seja, transferiu-se à iniciativa privada toda a responsabilidade de promover a ocupação da terra, defendê-la e fazê-la produzir. Essa situação, marcada pela ausência do Estado no empreendimento colonial, perdurou até o momento da independência.
3. A extração de pau-brasil garantiu o êxito da empreitada colonizadora por cerca de dois séculos, perdendo a primazia somente a partir das descobertas das jazidas auríferas no interior da colônia.
4. Analisando o caso brasileiro, o texto focaliza um aspecto primordial da primeira fase do capitalismo, aquela em que a acumulação de capitais se dá, sobretudo, por meio da circulação das mercadorias.

CACD 2005

Questão 20

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias,



predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.

A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As conseqüências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Partindo das informações do texto V e considerando a estrutura econômica vigente no período colonial brasileiro, julgue (C ou E) os itens subseqüentes.

1. O processo de colonização do Brasil, tal como o ocorrido nas demais colônias ibero-americanas, subordinou-se, em linhas gerais, ao processo de surgimento do capitalismo europeu de base mercantil e de sua afirmação ao longo da Idade Moderna.
2. Latifúndio, escravidão e monocultura foram os traços definidores da colonização portuguesa em terras americanas, nela prevalecendo a produção voltada para o mercado externo.
3. Infere-se do texto que a existência de um mecanismo definidor das relações de dominação e de dependência entre metrópoles e colônias — o pacto colonial — inviabilizava, na prática, o desenvolvimento, na colônia, de atividades econômicas não diretamente voltadas para a exportação.
4. A agroindústria açucareira nordestina monopolizou a economia colonial brasileira entre meados do século XVI e o transcurso do século seguinte, a despeito de não contar com fontes externas de financiamento e da falta de adequado mercado consumidor.

CACD 2005

Questão 21

À época da independência, a economia colonial podia ser descrita de maneira simplificada. Era composta por: latifúndios voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como o açúcar, o tabaco, o algodão; fazendas dedicadas à produção para o mercado interno (feijão, arroz, milho) e à criação de gado, estas sobretudo no norte e no sul; e centros mineradores já em fase de decadência. Acrescente-se, ainda, grande número de pequenas propriedades voltadas para a agricultura e a pecuária de subsistência. Nas cidades costeiras, capitais de províncias, predominavam o grande e o pequeno comércio. Os comerciantes mais ricos eram os que se dedicavam ao tráfico de escravos.



A única alteração importante nessa economia deu-se com o desenvolvimento da cultura do café. Já na década de 30, o produto assumira o primeiro lugar nas exportações. Mas o café não mudou o padrão econômico anterior: era também um produto de exportação baseado no trabalho escravo. Esse modelo sobreviveu ainda por mais cem anos. Só começou a ser desmontado após 1930. As conseqüências da hegemonia do café foram principalmente políticas. O fato de se ter ela estabelecido a partir do Rio de Janeiro ajudou a consolidar o novo governo do país, sediado nesta província. Se não fosse a coincidência do centro político com o centro econômico, os esforços da elite política para manter a unidade do país poderiam ter fracassado.

(J. M. de Carvalho. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: L. Avelar e A. O. Cintra (orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004, p. 23.)

Ao mencionar a existência de “centros mineradores”, o texto refere-se ao panorama econômico colonial predominante ao longo do século XVIII. Relativamente a essa realidade, que apresenta aspectos distintos daqueles verificados na economia açucareira, julgue (C ou E) os itens subsequentes.

1. A descoberta das minas de ouro no interior da colônia decorreu, essencialmente, da ação dos bandeirantes, expressão clássica de movimento expansionista de uma região — neste caso, São Paulo — cujo elevado dinamismo econômico requeria a incorporação de novas áreas ao seu processo de crescente desenvolvimento.
2. Por suas características, a atividade mineradora possibilitou o aparecimento de núcleos urbanos, de uma estrutura social menos impermeável, quando comparada ao patriarcalismo nordestino, e de outras atividades econômicas voltadas para o abastecimento das áreas de mineração.
3. Na mineração, diferentemente do ocorrido no Nordeste açucareiro, a presença do Estado metropolitano como agente econômico foi preponderante, evidenciada no elevado nível de investimento financeiro na região, na exploração estatal das minas e na adoção de mecanismos diretos de arrecadação de impostos.
4. A mineração contribuiu para o esvaziamento econômico do Nordeste e transferiu para o Centro-Sul o eixo político da colônia, de que seria exemplo marcante a mudança da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.